



# A RESPONSABILIDADE SOCIAL UNIVERSITÁRIA ASSUMINDO A POSICÃO CENTRAL NA REDE DE RELACIONAMENTOS ESTABELECIDADA ENTRE AS DIFERENTES INSTÂNCIAS SOCIAIS

**Stella Regina Reis da Costa (UFRRJ)**

stellare@ig.com.br

**Sonia Maria de Carvalho Silva (UFF)**

soniamariasilv@gmail.com

*O artigo apresenta o resultado obtido através de análise realizada com base no referencial teórico em que foi contextualizada a relação de interdependência estabelecida entre a responsabilidade social, meio ambiente, Estado, sociedade, empresa e universidade. E, para facilitar a compreensão das análises realizadas, foram construídos três modelos relacionais que representam o esquema das redes existentes, em que nas duas primeiras propostas a responsabilidade social ocupa a posição central. E, na terceira e última proposta, a responsabilidade social universitária assume a posição central na rede de relacionamentos, enquanto núcleo da universidade, desenvolvida através dos Programas e Projetos de Extensão, focados na formação do profissional/cidadão.*

*Palavras-chaves: Responsabilidade Social Universitária.*

*Formação de profissional/cidadão. Extensão Universitária.*

## 1 INTRODUÇÃO

A Constituição de 1988 define a educação como um direito de todos e dever do Estado, compreende a origem da responsabilidade da educação na formação do ser humano ético e cidadão. Logo, entende-se que é um dever de toda instituição de ensino superior, produzir um ensino de qualidade que garanta a formação de profissionais qualificados e conectados com as questões impostas pelo processo de globalização.

A política neoliberal levou o Estado a reduzir seu campo de atuação nas questões sociais, fazendo com que as empresas passassem a assumir, cada vez mais, parte desta responsabilidade. Assim sendo, o mercado passou a buscar profissionais que compreendam as necessidades do mundo atual e que, principalmente, saibam propor soluções criativas, inovadoras e comprometidas com a sustentabilidade. Essa realidade deu maior *status* à responsabilidade social (RS) e, conseqüentemente, o mercado passou a exigir das universidades a oferta de uma formação que atenda a todos esses requisitos. Neste contexto, as universidades se viram diante do desafio de proporcionar uma formação mais ampla, focada na ética e na cidadania, meta que poderá ser alcançada, por exemplo, através de ações de responsabilidade social universitária (RSU), desenvolvidas em Programas e Projetos de Extensão.

Assim sendo, neste artigo pretende-se mostrar a rede de relacionamentos estabelecida entre o meio ambiente e as diferentes instâncias sociais, em que a RSU, segundo a presente proposta, deve assumir a posição central dessas relações. E, para proporcionar maior entendimento sobre a relação de interdependência existente, foram criados três modelos esquemáticos: o primeiro demonstra a relação estabelecida entre a RS, meio ambiente, Estado, sociedade e empresa, dando a RS à posição central; no segundo modelo a universidade é incluída apenas

como mais um dos elementos da rede e a RS mantém a posição central. No terceiro modelo a universidade assume a posição de centralidade, representada pelas ações de RSU, desenvolvidas nos Programas e Projetos de Extensão com foco na formação dos profissionais/cidadãos que irão atuar em todas as instâncias sociais, bem como, no meio ambiente.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 A RESPONSABILIDADE SOCIAL NO BRASIL: Origem, inserção no contexto social e a base conceitual

A visão de que a empresa deveria responder apenas aos seus acionistas começou a receber críticas durante a Segunda Guerra Mundial - nessa época, diversas mudanças ocorreram no cenário mundial. E assim, a RSE, no período pós-guerra, passou a ficar vinculada a idéia de que as empresas deveriam ter obrigações sociais para com seus empregados, entendendo que, ao cumprir o que determinava a lei, já estariam cumprindo seu papel diante da sociedade. (SILVA,2008)

Nos anos 70, a RSE recebeu uma nova e ampla abordagem com foco na ação social, propriamente dita, passando a enfatizar a capacidade organizacional das empresas de agir responsabilmente, focada na proteção dos direitos humanos e na proteção da justiça social. Essa visão ampliada serviu para alinhar a responsabilidade social empresarial, enquanto um processo de gestão que permitiu consolidar a parceria formada entre empresas, governo e sociedade na promoção do desenvolvimento sustentável e de maior justiça social.

Com o fortalecimento da sociedade civil e o reposicionamento do Estado, as empresas privadas passaram a incluir em seu escopo, ações de RS que se distinguem das atividades diretamente relacionadas com o negócio e que, cada vez mais, fazem parte da vida corporativa. São ações de longo prazo, de caráter contínuo e de relacionamento com seus

públicos e grupos de interesse, compreendendo questões sociais e ambientais, também traduzidas como oportunidades de investimentos. (ROSA, 2008)

Em 2000 as empresas apresentavam acréscimos expressivos de investimentos na área social, direcionados aos seus empregados, porém o investimento social das empresas ainda não estava compatível com o que delas se espera. Entretanto, a média de gastos por empregado cresceu em praticamente todos os indicadores sociais internos, aumentando em mais de 80% o valor gasto com empregados em alimentação, previdência privada, saúde, segurança e medicina no trabalho, educação, cultura, participação nos lucros, capacitação e desenvolvimento profissional. (TOLDO, 2002)

Nos últimos anos muito tem sido feito no campo da RSE, inúmeros são os exemplos de empresas que decidiram por adotar normas, critérios de auto-avaliação e, principalmente, realizar ajustes financeiros que envolvam, até mesmo, a redução das suas margens de lucro, por conta da ampliação nos investimentos sociais e ambientais, capazes de promover a sua própria sustentabilidade.

Com base na diversidade de definições destinadas à RS seria pertinente afirmar que há consensos e controvérsias que permeiam seu conceito. O termo “Responsabilidade Social” teve sua conceituação clássica, realizada por Howard Bowen, em 1953: “obrigação social do homem de negócios de adotar orientações, tomar decisões e seguir linhas de ação que sejam compatíveis com os fins e valores da sociedade.”(ASHLEY, 2003, p.6)

Para Ashley (2003), a responsabilidade social pode ser definida como o compromisso que uma organização deve ter com a sociedade, expresso por meio de atos e atitudes que a afetem positivamente, de modo amplo, ou a alguma comunidade, de modo específico, agindo de forma pró-ativa e coerentemente no que tange a seu papel específico na sociedade e a sua prestação de contas para com ela. A organização, neste sentido, assume obrigações de caráter moral, além das estabelecidas em lei, mesmo que não diretamente vinculadas as suas atividades, mas que possam contribuir para o desenvolvimento sustentável dos povos. Assim,

numa visão expandida, responsabilidade social é toda e qualquer ação que possa contribuir para a melhoria da qualidade de vida da sociedade.

## 2.2 A RESPONSABILIDADE SOCIAL E O ESTADO

Dupas (1998) considera que para o alcance da construção de um novo pacto social voltado para a implantação efetiva da RS social será necessário que haja mudanças nas relações estabelecidas entre o Estado, sociedade civil e setor privado, a fim de que se possa estabelecer prioridades, mas sempre tendo de encarar o enorme desafio de não conflitar a cruel meta de manutenção do equilíbrio orçamentário com as necessidades sociais.

A responsabilidade social tem assumido um papel de relevância através da nova percepção da sociedade e das organizações sobre o fenômeno da exclusão social que tem causado emergências humanitárias, gerando preocupações e reflexões sobre a redefinição dos limites do papel de um novo Estado. (DUPAS, 1998)

Dupas (1998) afirma que as “ações sociais”, originárias da sociedade civil e de empresas não ocorrem espontaneamente, ao explicitar que o mercado é o elemento regulador das ações do Estado que foca, por sua vez, sua atuação nas atividades econômicas. E assim, o Estado reduz seu comprometimento com as ações de proteção trabalhistas, essa postura o induz forçosamente à criação de políticas e programas de proteção social, visando a diminuir as desigualdades sociais existentes.

Assim sendo, é inegável que uma análise mais aprofundada sobre o estado da arte da responsabilidade social no Brasil deve levar em conta à carência de recursos governamentais comprometidos para zerar seus déficits e somada a ineficiência da máquina administrativa pública. A corrida desenfreada que visa alcançar a estabilidade econômica, causa danos sociais enormes, aumentando as desigualdades e a demanda de excluídos. Logo, para alterar essa realidade será preciso criar um novo e original acordo entre governos éticos e sociedades civis, capazes de fiscalizar o cumprimento de acordos assumidos nos processos de regulação

que não causem danos sociais irreparáveis, conforme os que estão ocorrendo no Brasil e no mundo. (DUPAS, 1998)

Entende-se que para a composição de tal análise será necessário considerar que a nova economia global aumentou a desigualdade social e as taxas de desemprego, em que o Estado, a sociedade, as empresas, as universidades e demais instituições passaram a ser acionadas para garantir a sobrevivência dos cidadãos excluídos do mercado formal, mesmo que por detrás dessas ações existam outros interesses que não apenas os de “ajuda aos necessitados”. (DUPAS, 1998)

### 2.3 A RELAÇÃO DE INTERDEPENDÊNCIA ESTABELECIDADA ENTRE EMPRESA, SOCIEDADE E MEIO AMBIENTE

No Brasil, a redução dos investimentos sociais por parte do Estado, levou as empresas a aumentarem suas ações em responsabilidade social e a focar o bem estar dos seus colaboradores. Essa situação contribuiu para o aumento do valor social da empresa, gerando uma nova forma de regulação das relações sociais que não se restringem mais a questão do consumo ou dos meios de subsistência, atingindo não só a esfera da produção e de bens de serviço, mas também incorpora modificações nas relações trabalhistas.

Segundo Kirschner (2006), a mudança da forma de atuação do Estado contribuiu para intensificar o debate ideológico criado em torno da questão social. Ocorre uma transferência de responsabilidades, em que o Estado repassa para as empresas muitas das suas atribuições que passaram, por sua vez, a desenvolver projetos relacionados às questões sociais e ambientais. E assim, eleva-se a posição da empresa que deixa de ser apenas uma entidade geradora de lucros para assumir uma posição social de enorme relevância, na medida em que, além de geradora de empregos, passa a atuar como um sujeito social que promove e mantém ações de solidariedade, de acesso a tecnologia, de promoção da cultura e de envolvimento com os problemas locais.

A empresa passa a exigir dos profissionais uma formação capaz de gerar a postura de um “cidadão” que se envolva com questões sociais e ambientais, contribuindo para minimizar as desigualdades existentes. Começa a ser encarada como um sistema de dimensões sociais que ultrapassa as questões de interesse econômico em que, através das suas ações de responsabilidade social, cria espaços de socialização e de convívio social, mantendo-se em constante interação com a sociedade. (KIRSCHNER, 2006)

Porter e Kramer (2006) reafirmam a dependência estabelecida entre a empresa e a sociedade, colocando que uma empresa de sucesso precisa de uma sociedade saudável e que uma sociedade saudável expande as demandas a serem atendidas pelas empresas.

A dependência mútua de empresas e sociedade significa que tanto decisões empresariais quanto políticas sociais devem seguir o princípio do *valor compartilhado*. Ou seja, devem trazer benefícios para os dois lados. Um empresa ou uma sociedade que investe em políticas que promovem seus interesses à custa da outra parte está trilhando uma rota perigosa. O ganho temporário de uma vai minar a prosperidade de longo prazo de ambas. (PORTER; KRAMER, 2006, p. 58)

Os autores ainda sinalizam que, quanto maior for o vínculo de uma questão social com a atividade da empresa, maior será a oportunidade de avalancar recursos em benefício da sociedade, entendendo que as melhores iniciativas de cidadania empresarial vão muito além da ajuda financeira e servem para gerar uma publicidade positiva e melhorar as relações com governos locais e outros públicos de igual importância.

Com o passar dos anos as empresas perceberam que não bastava produzir bens e serviços e que era preciso atentar para toda a cadeia produtiva e para o impacto de suas ações na sociedade e no meio ambiente. Assim, empresas de diferentes modalidades estão sendo convocadas a repensar seu papel no cenário de mudanças do mundo atual que se vê ameaçado pela crescente ação de total degradação dos recursos naturais. (ALVAREZ ; SÁ, 2009, p. 3)

As empresas por sua vez, buscam demonstrar, cada vez mais, que atuam de forma ecologicamente responsável visando, dentre outros objetivos, manter uma boa imagem diante dos seus clientes e da sociedade como um todo. Neste novo paradigma, surge a idéia de integração e interação que pode representar uma nova maneira de olhar e de transformar o

mundo, baseada no diálogo entre visões, saberes, conhecimentos e interesses econômicos, políticos, sociais e ambientais.

No mundo sustentável, uma atividade – a econômica, por exemplo – não pode ser pensada ou praticada em separado das questões políticas, sociais e ambientais. E, tanto os interesses do Estado, como os das empresas, e da sociedade devem se manter inter-relacionados e em permanente diálogo. Prova disto é que, atualmente, os clientes / cidadãos adotam uma postura de optar por se relacionar com empresas que atuem com ética, comprometidas com as questões sociais e ambientais.

Para facilitar a compreensão da inter-relação estabelecida entre meio ambiente, Estado, sociedade e empresa foi construído o primeiro modelo relacional, demonstrado na Figura 01. Nessa rede de relacionamentos a RS ocupa a posição central, cabendo aos profissionais especializados em RS atuarem em todas as instâncias sociais.



**Figura 01** – MODELO RELACIONAL I: Ações de RS que funcionam como o núcleo da relação de interdependência estabelecida entre Estado, sociedade, empresa e meio ambiente  
Fonte: A autora (2010)

#### 2.4 A REDE DE RELACIONAMENTOS ESTABELECIDADA ENTRE AS DIFERENTES INSTÂNCIAS SOCIAIS E A UNIVERSIDADES ENQUANTO FORMADORAS DE CIDADANIA: ENFOQUES DIFERENCIADOS



O papel social das universidades, enquanto formadoras de cidadania recebe enfoques diferenciados, realizados por Chauí (2003) que se refere à relação a ser estabelecida entre a universidade e a sociedade, bem como, à forma de atuação que as universidades públicas devem seguir. O segundo enfoque é dado por Dias Sobrinho (2005) que avalia o papel social da universidade, enquanto formadora de cidadãos, com base nas relações mantidas entre a universidade, sociedade civil, Estado, considerando ainda as transformações globais impostas pela política neoliberal. E, o terceiro e último enfoque é dado por Vallaey (2006) que se refere, especificamente, a questão da RSU, enquanto possibilidade de formar cidadãos informados.

Segundo Chauí (2003, p.5) a universidade é uma instituição social e, como tal, exprime a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade. Exemplo disso é a presença de opiniões, atitudes e projetos conflitantes que, existentes dentro da instituição universitária que exprimem divisões e contradições da sociedade.

A universidade é determinada pela estrutura da sociedade e do Estado, ou seja, atua como um reflexo deles. Trata-se de uma instituição social diferenciada que, definida por sua autonomia intelectual, se relaciona com a sociedade e com o Estado de maneira conflituosa, dividindo-se internamente entre o grupo dos que são favoráveis e os que são contrários à maneira como a sociedade e o Estado reforçam a divisão e a exclusão social. (CHAUÍ, 2003)

Para Chauí (2003) uma das questões polêmicas a ser considerada é a idéia da formação, que deve ser levada a sério, pois segundo a autora, só há formação quando há pensamento, questionamentos, reflexão e crítica.

O que significa exatamente *formação*? Antes de mais nada, como a própria palavra indica, uma relação com o tempo: é introduzir alguém ao passado de sua cultura (no sentido antropológico do termo, isto é, como ordem simbólica ou de relação com o ausente), é despertar alguém para as questões que esse passado engendra para o presente, e é estimular a passagem do instituído ao instituinte. (CHAUÍ, 2003, p. 12)

Dias Sobrinho (2005) faz sua avaliação sobre o papel social da universidade, enquanto formadora de cidadãos, compreendendo que para tratar da universidade, da sociedade e da

democracia é preciso considerar e refletir sobre o processo de globalização, sem o qual não será possível obter um entendimento amplamente aceitável sobre qualquer um desses temas.

Neste sentido, o autor aponta que não há consensos razoáveis sobre a relação estabelecida entre a universidade e a sociedade do mundo globalizado e qualquer análise realizada, não poderá separá-la desse contexto mundial, nem muito menos da complexa e contraditória sociedade a qual a instituição universitária faz parte.

Nada em nosso tempo pode ser pensado sem que sejam levadas em conta as características atuais da globalização. Tendo em vista que os esquemas simples de compreensão da realidade social são insuficientes para dar conta da complexidade e da pluralidade de sentidos dos fenômenos humanos, especialmente com a fragmentação e a multiplicação dos conhecimentos, das informações e dos intercâmbios, já não se pode pensar que uma instituição central da sociedade, radicalmente ligada às mudanças do mundo, como é o caso da universidade, possa ser explicada a partir de uma única idéia ou de um só princípio interno. (DIAS SOBRINHO, 2005, p.164)

E, com relação à questão da formação da cidadania o autor considera que novos sentidos têm sido introduzidos, não sendo apropriado depreciar nem os valores que geram a obtenção da cidadania democrática, nem os da capacitação que geram a inovação e as mudanças tecnológicas, pois entende-se que a formação poderá focar tanto as questões de interesse público, quanto as que atendam aos interesses do mercado tecnológico e altamente competitivo.

O conhecimento e a formação devem cumprir os requisitos universais, devem ser relevantes para o contexto regional e nacional - global e internacional e devem servir ao desenvolvimento econômico, porém como um instrumento da humanização e não como horizonte último e razão determinante da sociedade. Sendo assim, o conhecimento e a formação devem gerar cidadania e princípios éticos, ao se contrapor às possíveis assimetrias geradas nas esferas econômicas, sociais e culturais. Devem ainda, promover uma integração na vida democrática, embasada por leis de interesse geral que assegurem o exercício da cidadania pública e que sustente as instituições sociais. Logo, a formação promovida pela educação superior não deve subestimar a ética e a técnica, devendo sim ser responsável pela elevação e ampliação da sociedade e da democratização política e econômica, consolidando assim a democracia. (DIAS SOBRINHO, 2005)

Dias Sobrinho (2005) se refere ao papel da responsabilidade social na educação superior, ponderando que não há por que rejeitar os progressos materiais quando eles são fundamentados na produção de sentidos, na ética da justiça social, das políticas de maior inclusão e da mais ampla participação dos cidadãos na vida pública:

...a responsabilidade social da educação superior deve significar relevância científica e pertinência, fortalecimento da vida democrática e da justiça social, aprofundamento da ética e do sentido estético da sociedade. O sentido essencial da responsabilidade social da educação superior consiste em produzir e socializar conhecimentos que tenham não só mérito científico, mas também valor social e formativo. Portanto, que sejam importantes para o desenvolvimento econômico que tenha sentido de cidadania pública. (DIAS SOBRINHO, 2005, p.)

Segundo avaliação do autor, a realidade das transformações globais impõe a produção de novas visões e de novos papéis da educação superior, bem como suas relações com a sociedade civil e com o Estado, essas relações sinalizam para a necessidade de construções de reformas que propiciarão o desenvolvimento econômico e que, sobretudo, venham a ser fundamentais na verdadeira vida democrática.

Vallaey (2006) se refere ao papel social das universidades considerando, especificamente, a meta da responsabilidade social universitária enquanto possibilidade de formadora de cidadãos informados, capazes de refletir e de dialogar, considerando que a universidade deve ser o espaço de debates e reflexões mais apropriado para cumprir essa tarefa.

Segundo o autor, essa meta já foi alcançada, em parte, pelas universidades através da realização de congressos, seminários abertos ao público e palestras proferidas por especialistas comprometidos em difundir temas como: degradação do meio ambiente; violência urbana; desigualdade e exclusão social; trabalho escravo e infantil, dentre outros. Pois, acredita-se que essas questões podem contribuir para a formação cidadã, na medida em que, servem para aproximar os estudantes da realidade social.

No entanto, essas iniciativas ainda são individuais, faltando incluir a educação da cidadania na política institucional das universidades e no currículo de suas diversas áreas de estudo. Considera que a universidade é o espaço público mais propício, não só para formar cidadãos, mas também para exercitar a cidadania. E, sobre essa questão o autor coloca:

Um dos espaços sociais mais propícios à obtenção desta formação de cidadãos adultos e responsáveis é a universidade. É um espaço privilegiado para a formação cidadã, para o enriquecimento da capacidade de reflexão e de tomar decisões de forma sensata, em um mundo no qual a maioria dos meios de comunicação tem demonstrado sua incompetência em fazê-lo, por não ter nem a vontade, nem a independência de critérios diante do poder econômico e do poder político, nem suficiente conhecimento, nem a capacidade formativa própria dos docentes universitários. Curiosamente, concluímos que, em nossas sociedades ditas democráticas, falta um verdadeiro espaço público de aprendizagem e exercício da cidadania. (VALLAEYS, 2006, p. 51)

Entende-se que cabe a universidade, essa atividade cidadã de fomento de uma opinião pública inteligente, mas essa não é uma função a ser assumida imediatamente porque ela implica em formação, informação, capacidade de opinar, diálogo, raciocínio, decisão, militância e toda uma série de atividades humanas racionais, públicas e políticas, que não se dão de forma natural. Trata-se de um processo complexo que necessita de certa condução e aprendizagem.

Portanto, para Vallaeys (2006), um dos espaços sociais mais propícios à obtenção desta formação de cidadãos adultos e responsáveis é a universidade e o principal pilar de um desenvolvimento sustentado e sustentável só se dará através da formação de profissionais com enfoque no desenvolvimento social. Sendo que, o que falta é o sentimento de urgência para que rapidamente a atual formação acadêmica esteja centrada em uma profissionalização que instrumentalize o estudante e o docente, desvinculando-os da visão estreita do “êxito pessoal” tão bem propagado pela sociedade de consumo.

Com relação às propostas apresentadas por Chauí (2003); Dias Sobrinho (2005) e por Vallaeys (2006), considera-se oportuno à realização de uma constatação: é de consenso que, qualquer proposta de mudança que contemple a introdução de conceitos preconizados por processos de gestão e por princípios embasados na introdução de ações de responsabilidade social, implicará em alterações na estrutura administrativa e acadêmica das IFES e exigirá, na prática, a adoção de transformações complexas e de difícil implantação.

#### 2.4.1 A RESPONSABILIDADE SOCIAL UNIVERSITÁRIA

A declaração constitucional oficializa a relação embrionária do conceito de responsabilidade social aplicado às instituições educacionais. Dentro dessa perspectiva a universidade se localiza no ápice desta cadeia de formação de cidadãos e seu papel no contexto social vem sendo amplamente questionado e rediscutido. Pois acredita-se que a universidade, enquanto entidade produtora e transmissora de conhecimento, legitima o caráter emancipatório do ser humano.

Assim sendo, há de se considerar que tanto os estudos quanto as ações a responsabilidade social empresarial que se configura no Brasil são recentes, sendo embrionários e escassos os trabalhos que abordam a temática específica sobre a responsabilidade social universitária na esfera pública, uma vez que sua aplicabilidade encontra-se em fase de desenvolvimento e consolidação e pouco se produz sobre este tema. Fato que tem levado pesquisadores a analisar e comparar as bases conceituais do mundo corporativo e suas aplicabilidades nas IFES.

A globalização faz com que a universidade se foque na promoção de uma formação que atenda às demandas profissionais diferenciadas exigidas por uma sociedade industrializada e que espera das instituições universitárias o exercício do papel estratégico na construção de uma sociedade democrática, na qual deverá essencialmente, produzir conhecimento e formar cidadãos com valores sociais. (DIAS SOBRINHO, 2005)

A universidade brasileira pode e deve desempenhar um papel fundamental na consolidação do conceito e da prática de responsabilidade social. Ao cumprir seu papel de instituição focada na formação de novas gerações, devendo estar comprometida com os valores da contemporaneidade, com destaque para questão da ética, da transparência, do profissionalismo, do interesse público e a justiça social. Precisando, além disso, estar empenhada firmemente em difundi-los pela sociedade. (BUENO, 2007)

Para Bueno (2007) a sociedade brasileira anseia por uma universidade nova, socialmente responsável, democrática, transparente, embasada numa cultura de gestão que sirva de exemplo para as demais organizações e que seja capaz de conciliar a eficiência administrativa

com propósitos nobres e, sobretudo, que esteja mobilizada para construir as bases de um país mais justo e humano.

O tripé básico em que se apóia uma universidade – pesquisa, ensino e extensão – deve definitivamente contemplar a sociedade e nela os segmentos menos favorecidos. Uma universidade que atenda a este compromisso será, certamente, uma universidade socialmente responsável. (BUENO, 2007)

Calderón (2006) afirma que, através da implantação da responsabilidade social universitária é possível pensar na universidade com um instrumento de promoção de mudanças sociais, por conta dos resultados a serem alcançados com seus trabalhos realizados por professores e alunos que investem seu tempo desenvolvendo Projetos de Extensão, focados na preservação do meio ambiente, no auxílio à comunidade de baixa renda, na prestação de serviços médicos, na organização de cursinhos gratuitos para possibilitar o acesso à universidade pública, dentre outras ações de tamanha importância.

A responsabilidade social universitária ganha maior relevância com as mudanças provocadas pelo mundo globalizado, fazendo com que a universidade repense sobre seu papel na sociedade contemporânea. E sobre essa questão existem alguns artigos de Wagenberg (2006), Klinsberg (2006), Vallaey (2006), e Carrizo (2006), apontando a necessidade de a universidade estabelecer um novo contrato ou pacto social com a sociedade, tendo como norte o desenvolvimento humano. (CALDERÓN, 2006, p.13)

O segundo modelo relacional, representado na Figura 02, complementa a análise realizada no primeiro modelo da rede e, se baseou em abordagens que consideram a importância do papel social da universidade. Trata-se de uma representação esquemática sobre a relação de interdependência estabelecida entre a RS, Estado, sociedade, empresa e meio ambiente. Acrescenta na rede de relacionamentos a universidade, mantém a RS na posição central e demonstra que os profissionais especializados em RS devem atuar em todas as dimensões da rede.



**Figura 02** – MODELO RELACIONAL II: Ações de RS que funcionam como o núcleo da relação de interdependência estabelecida entre Estado, sociedade, empresa, universidade e meio ambiente  
Fonte: A autora (2010)

#### 2.4.2 A INTERFASE DA RSU COM A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

É consenso que através das atividades de extensão as universidades podem contribuir para a educação permanente e cumprir o seu papel, enquanto formadora de cidadãos, tornando acessíveis os saberes nela conquistados a todos aqueles que deles possam precisar e se beneficiar, sendo esse um dos aspectos fundamentais do compromisso social a que as universidades, na maioria das vezes, têm sido incapazes de atender de maneira ampla e satisfatória.

É, portanto, imprescindível que as universidades públicas dêem às atividades de extensão a importância e o alcance a elas devido, pois enquanto derivadas de suas funções institucionais próprias, é fundamental compreendê-las de maneira ampla, não só como difusão de conhecimentos, mas como meios de inserção cultural e de educação para a vida e para a formação da cidadania, segundo Chauí (2001)



Para Oliveira (2004) a Extensão Universitária promove a interação entre a universidade e a comunidade. Seu principal objetivo é a produção e troca de conhecimento, que gera benefícios para ambas as partes. Dessa forma, os universitários que participam dos projetos de extensão têm a oportunidade de praticar suas futuras profissões, expandir horizontes, aprender novas culturas, enquanto a comunidade encontra apoio especializado para solução de problemas sociais.

Os projetos de extensão sensibilizam a comunidade acadêmica para a causa social e para o exercício da cidadania. Atuam como um importante instrumento para a construção, desenvolvimento e transformação da sociedade, por meio de ações que visam à inclusão social, a justiça, o desenvolvimento humano, fazendo valer a solidariedade humana. Os projetos extensionistas devem sensibilizar e mobilizar a comunidade acadêmica para a causa social e ambiental, para o exercício da cidadania, para o voluntariado e para a importância da atividade propriamente dita, na perspectiva da responsabilidade social. (CHAUÍ, 2002; OLIVEIRA, 2004)

Para Oliveira (2004) a extensão propicia aos meios acadêmicos a sintonia fina entre sociedade e universidade, permitindo reconstruir historicamente a universidade nos diversos contextos da sociedade. A ação extensionista é apontada pela autora como um projeto social ou como uma atividade de caráter continuado. Assim sendo, a autora alerta que, dentro da ótica de compromisso social da universidade, cabe a produção de estudos que identifiquem se, através dela, realmente ocorre a construção da cidadania.

Seguindo esta linha de raciocínio, entende-se que, através dos Projetos de Extensão ocorre o exercício da cidadania que futuramente, resultará na formação do profissional/cidadão, com base na definição de Responsabilidade Social Universitária de Vallaeys:

...a Responsabilidade Social Universitária exige, a partir de uma visão holística, a articulação das diversas partes da instituição, em um projeto de promoção social de princípios éticos e de desenvolvimento social equitativo e sustentável, com vistas à produção e transmissão de saberes responsáveis e à formação de profissionais cidadãos igualmente responsáveis. (VALLAEYS, 2005, p.28)



Para Wagenberg (2006) cabe à universidade facilitar o desenvolvimento individual de seus alunos. Entretanto, é preciso reconhecer que o desenvolvimento do aluno consiste em ensiná-lo a pensar por si mesmo; em ajudá-lo a fortalecer seus próprios ideais, opiniões e idéias, através da realidade do mundo, cercado de pobreza e desnutrição. E, para o autor, ao ensinar esta realidade, a universidade passa a assumir seu compromisso social e o estudante começa a compreender sua própria responsabilidade diante da sociedade, iniciando-se assim a transformação social, pois quando se constrói a universidade ao redor de um núcleo social não ocorre um processo paralelo como o da projeção social.

### **3 METODOLOGIA**

O referencial teórico serve para embasar a proposta de dar à Responsabilidade Social Universitária a posição central na rede de relacionamentos estabelecida entre as diferentes instâncias sociais. E assim, pretende-se demonstrar a importância do papel social da universidade na formação do profissional/cidadão. E, para isso, o presente artigo fundamenta-se, basicamente, nas abordagens realizadas por Calderón (2005, 2006); Chauí (1998, 1999, 2001, 2003); Dias Sobrinho (2004, 2005, 2006); Dupas (1998, 2008); Kirschner (2006); Oliveira (2004); Porter e Kramer (2006); Silva (2008); Wagenberg (2006); Vallaey (2006) e Vasconcelos (2004).

Sendo o tema “Responsabilidade Social Universitária” ainda incipiente no Brasil, o pesquisa realizada, segundo Vergara (2006); Marconi e Lakatos (1999) se caracteriza, quanto aos fins, como exploratória (não se verifica muitas produções científicas que abordem o tema RSU) e descritiva (descreve e analisa o papel social das universidades, da RSU e da Extensão Universitária) e, quanto aos meios de investigação, se classifica como bibliográfica (estudo sistematizado e desenvolvido com base nas referências bibliográficas utilizadas).

### **4 RESULTADO: O MODELO RELACIONAL III APRESENTADO COMO ANÁLISE CONCLUSIVA**

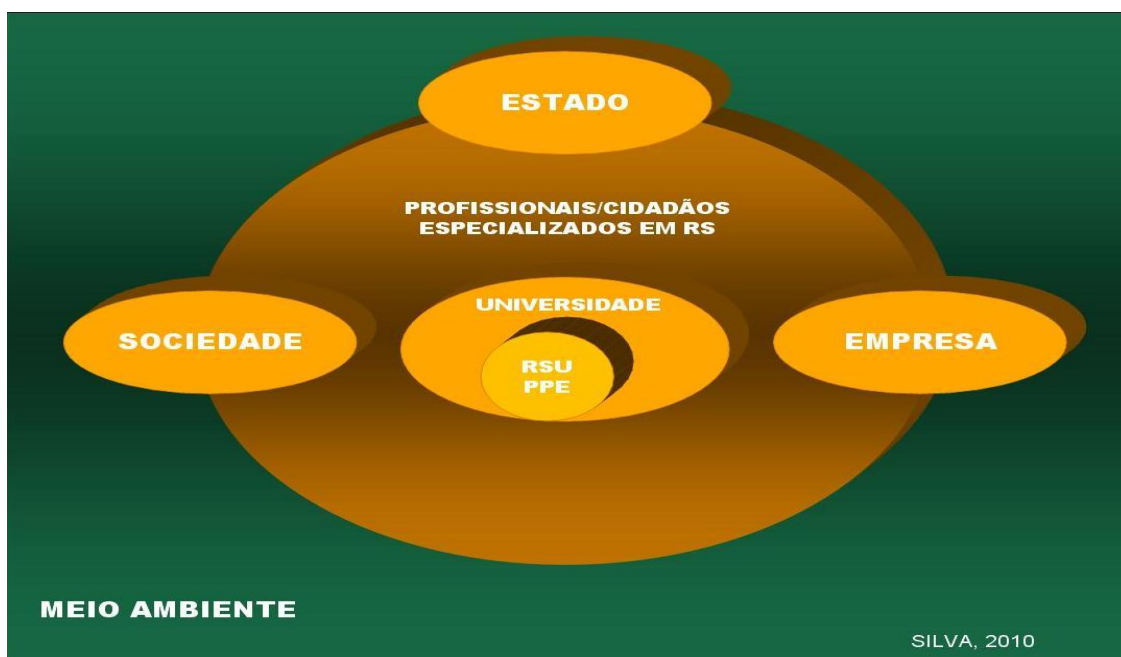
Considera-se que os modelos relacionais construídos no presente artigo, servem para representar esquematicamente a proposta de interdependência estabelecida entre o meio ambiente e as diferentes instâncias sociais, dando à universidade a posição central. E, para embasar a presente proposta foram utilizadas várias abordagens, realizadas por diferentes autores.

Os três modelos apresentados objetivam demonstrar esquematicamente o desencadear das relações de interdependência estabelecidas entre os elementos, contextualizados neste artigo, que compõem a rede de relacionamentos sociais. No primeiro modelo relacional, a RS assume o papel central da rede que contempla meio ambiente, Estado, sociedade e empresa, conforme demonstra a Figura 01. Esta representação segue a linha dos autores que se referem em suas abordagens, especificamente, a importância do papel social do Estado e da empresa, considerando a relação mantida com a sociedade e o meio ambiente, desconsiderando a possibilidade da presença da universidade na rede.

Em seguida, no segundo modelo relacional foi mantida a posição de centralidade da RS e acrescentou-se à rede, a universidade, de acordo com a Figura 02. Esta representação esquemática baseou-se nos autores que se referem ao papel social das universidades, enquanto formadoras de cidadania que abordam sobre a importância das ações de RSU, demonstrando a interfase estabelecida entre a RSU e a Extensão Universitária.

Com base nas abordagens apresentadas e objetivando representar esquematicamente a contextualização realizada, foi construído o terceiro modelo relacional, representado na Figura 03, que surge como evolução das duas propostas anteriores. Trata-se de uma análise conclusiva que visa manter a representação da relação de interdependência estabelecida nos modelos anteriores, entre meio ambiente, Estado, sociedade, empresa e universidade. Em que as ações de RSU desenvolvidas nos Programas e Projetos de Extensão (PPE) assumem a posição na rede de núcleo da universidade. Essa última irá atuar enquanto instituição que pode e deve, através das suas ações de RSU, difundir conhecimentos não somente científicos, sendo capaz de ofertar uma ampla formação aos seus estudantes, transformando-os em profissionais/cidadãos.

Logo, a posição de centralidade atribuída à universidade, parte do princípio de que cabe à instituição universitária formar os profissionais que irão atuar nas demais instâncias sociais, portanto essa responsabilidade lhe repassa encargos fundamentais que irão se refletir por toda a rede de relacionamentos.



**Figura 03** – MODELO III: Ações de RSU, desenvolvidas pelos Programas e Projetos de Extensão das universidades que funcionam como o núcleo da relação de interdependência estabelecida entre meio ambiente, Estado, sociedade e empresa  
Fonte: A autora (2010)

## 5 CONCLUSÕES

E, assim como sinalizam as diferentes abordagens de diversos autores, entende-se que a universidade deva assumir um papel central, na rede relacional que se estabelece entre as diferentes instâncias sociais, em que a RSU desenvolvida através dos Programas e Projetos de Extensão deve ter o sentido de orientar a formação geral e especializada do estudante, com vistas à promoção do desenvolvimento social justo e sustentável.

Cria-se então, um novo perfil do estudante universitário que transcende os conhecimentos científicos: preocupado com as injustiças sociais e com as questões ambientais; informado e

capacitado para contextualizar os problemas do mundo globalizado; formado com base na ética pessoal e não só profissional; capacitado de mobilidade e preparado para contextualizar posições contraditórias, com base no dialogar e no senso de justiça e dotado de visão inovadora para solucionar os principais problemas existentes. Esse estudante deve ser capacitado para se beneficiar das experiências sociais formativas e para construir sua base emocional com consciência. Estando, desta maneira, adquirindo uma formação mais ampla que lhe dará condições de para atuar a frente de todas as instâncias sociais, enquanto profissional e enquanto cidadão.

Acredita-se que essa nova função central atribuída à universidade permitirá o seu reencontro com legitimidades sociais e com “valores” perdidos há muitos anos, não só pela instituição universitária, mas pela sociedade como um todo. Acredita-se ainda que, desta forma, seria possível escapar do perigo de restringir a universidade a uma pequena perspectiva, enquanto instituição que oferta uma formação voltada apenas para a capacitação profissional.

Ao passar a adotar novos enfoques e métodos de ensino, através do envolvimento dos estudantes em Programas e Projetos de Extensão e, ao reequilibrar sua relação com seu entorno social, a universidade estará se abrindo à sociedade civil, podendo auxiliar na resolução de seus principais entraves e dando aos seus estudantes a possibilidade de ampliação não só da sua visão cultural e social, mas da sua formação como um todo.

Nesse contexto, pressupõe-se que essa formação deverá ser baseada em valores e princípios éticos que só poderão ser repassados através de práticas, ou seja, de ações de RSU, impossíveis de serem incorporadas na formação do profissional/cidadão, apenas através de teorias e de conhecimentos científicos.

[1] Stella Regina Reis da Costa - Professora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Curso de Engenharia Química, Colaboradora do Programa de Mestrado em Sistemas de Gestão do LATEC – Universidade Federal Fluminense. [stellare@ig.com.br](mailto:stellare@ig.com.br)

Sonia Maria de Carvalho Silva – Assistente em Administração, Arquivista, Especialista em Educação Superior no Brasil e Mestranda do Mestrado em Sistemas de Gestão do LATEC –

Universidade Federal Fluminense, pesquisando na linha da Responsabilidade Social e Sustentabilidade. soniamariasilv@gmail.com

## REFERÊNCIAS

- ALVAREZ, Denise.; SÁ, Ricardo Luiz Paes de A efetividade da educação corporativa e suas potencialidades como mobilizadora da cultura de responsabilidade socioambiental. CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO: gestão do conhecimento para a sustentabilidade., 5., 2009, Niterói, RJ. **Anais...** Niterói: UFF. Escola de Engenharia, 2009. CD-ROW.
- ASHLEY, P. A. (Coord.) **Ética e Responsabilidade Social nos negócios**. São Paulo: Saraiva, 2003.
- BUENO, Wilson da Costa. Universidade e Responsabilidade Social. **Diário Ético**. 2007. Disponível em: <diarioetico.blogspot.com/.../universidade-e-responsabilidade-social.html> Acesso em: 07 mar 2010.
- CALDERÓN, Adolfo Ignacio, Responsabilidade social universitária: contribuições para o fortalecimento do debate no Brasil. **Revista Estudos**, Brasília, n. 36, p.9, 2006.
- CHAUÍ, Marilena. **A universidade pública sob nova perspectiva**. Poços de Calda: Conferência de Abertura da ANPEd, 05.10.2003, mimeo.
- \_\_\_\_\_. **Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas**. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- DIAS SOBRINHO, J. Educação superior, globalização e democratização. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 28, p. 164-173, 2005.
- DUPAS, Gilberto. A lógica econômica global e a revisão do Welfare State: a urgência de um novo pacto. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.12, n.33, ago. 1998.
- KIRSCHNER, Ana Maria. La responsabilidade social de la empresa. **Nueva sociedad**, Buenos Aires, 202, mar./abr. 2006.
- LAKATOS, Eva Maria.; MARCONI Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa: planejamento de pesquisas, amostragem e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- OLIVEIRA, Claudia Hochheim. Qual é o Papel da Extensão Universitária? Algumas reflexões acerca da relação entre Universidade, Políticas Públicas e Sociedade. CONGRESSO

BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2., Belo Horizonte, MG, 2004. **Anais... [s.n.t.]**

PORTER, M.; KRAMER, M. Estratégia e Sociedade. **Harvard Business Review**, dez 2006.

ROSA, Maria de Fátima Ocani. **Projetos sociais para enfrentamento da pobreza:** contribuições para a atuação socialmente responsáveis das empresas. 2007. 127f. Dissertação (Mestrado em Sistema de Gestão da Responsabilidade Social e Sustentabilidade) – Departamento de Engenharia de Produção, Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2008.

SILVA, Carmen Luiza. **Responsabilidade Social nas Universidades Brasileiras:** autonomia ou adequação? 2008. Universidade Tuiuti do Paraná.

TOLDO, M. **Responsabilidade social empresarial.** Prêmio Ethos Valor. Responsabilidade social das empresas: a contribuição das universidades. São Paulo: Peirópolis, 2002.

WAGENBERG, Alan, A Urgência da Responsabilidade Social Universitária. **Revista Estudos**, n. 36, p. 29. Brasília, 2006.

VALLAEYS, François, O Que significa Responsabilidade Social Universitária? **Revista Estudos**, n. 36, p.37 Brasília, 2006.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 7 ed. São Paulo: Atlas, 2006.